

toda ministerial".²² Evangelizar, hoje, na América Latina, significa abrir espaços para que os Outros e as Outras pobres possam evangelizar-se e ser evangelizados a partir de suas culturas e histórias. O Evangelho denuncia tudo aquilo que destrói a identidade dos povos e corrompe a reciprocidade do gênero, dos bens e da palavra. O seguimento do Verbo encarnado e crucificado no meio dos povos — presença sofrida e partilha

alegre —, é experiência pascal de Deus na diversidade do Espírito. AQUELE que conhecíamos do ouvir falar, no corpo a corpo da evangelização inculturada chegaremos a conhecer face a face (cf. Jo 42,5).

Paulo Suess é Doutor em Teologia e Coordenador da Área de Missiologia no Pós-Graduação na Faculdade de Teologia N. S. da Assunção.
End. Cx. Postal 46023
CEP 04046-970 São Paulo - SP

VERITATIS SPLENDOR

UMA ENCÍCLICA NECESSÁRIA E OPORTUNA

Pe. Beni dos Santos

Pretendo, neste artigo, analisar alguns pontos relevantes da última encíclica de João Paulo II, oferecendo, ao mesmo tempo, elementos para sua leitura e estudo. Focalizo o contexto teórico e prático da encíclica, o seu fundamento antropológico, o conceito de lei natural e sua articulação com a consciência moral e, finalmente, a questão da originalidade da moral cristã e também sua relação com a lei natural.

Logo de início, o Papa afirma que a presente encíclica é fruto de uma decisão amadurecida durante vários anos. Anunciada em 1987, só veio à luz em agosto do ano passado. Ela trata de uma problemática que não é só da Igreja, mas da humanidade. "A instância moral, escreve o Papa, atinge em profundidade cada homem, compromete a todos, inclusive aqueles que não conhecem Cristo e seu Evangelho, ou nem mesmo a Deus"

(n. 3). De fato, o *éthos* constitui uma dimensão profunda da pessoa humana. Emerge inevitavelmente quando o ser humano se percebe como ser no mundo, como ser de relação em diversos níveis: consigo mesmo, com o outro e com Deus. Sem o *éthos*, o ser humano se sente perdido, como que expulso da própria casa. "Os valores éticos, escreve Dietrich von Hildebrand, são o âmago do mundo; a sua negação, o pior dos males: pior do que o sofrimento, a doença, a morte, pior do que a ruína das culturas mais florescentes"¹. Como observei em outro artigo, a moral, como a história tem demonstrado, é uma questão de vida e sobrevivência. Sem moral, a sociedade e a própria humanidade cairiam no anarquismo. Sem moral, como temos visto pela questão ecológica, o progresso torna-se ameaça à vida, o ser humano sente-se desprotegido e alvo

22. Cf. JOÃO PAULO II, Carta Apostólica "Ordinatio sacerdotalis". In: L'Osservatore Romano (ed. semanal em port.) XXV/23 (4.6.1994): 1 e 3.

1. Dietrich von Hildebrand. *Atitudes Éticas Fundamentais*. São Paulo, Quadrante, 1988, p. 3.

de todas as espécies de arbitrariedades, o poder conquistado de intervir nas próprias fontes da vida passa a ser temido pelo homem. Sem a moral, como constatamos recentemente na realidade brasileira, a política - arte de promover a vida feliz e justa - vira politicagem. Enfim, tantos sofrimentos do mundo atual tem origem no abandono da moral.

Mas onde encontrar a verdade das normas práticas? Onde fundamentar o dever moral como instância última? Qual a finalidade do agir moral? Como articular o dever moral com a liberdade e a autonomia humana? Até que ponto o ser humano deve ser fiel aos próprios deveres? Na encíclica, a meu ver, podemos encontrar respostas para todas essas questões. A resposta última, porém, é a apresentação de Jesus Cristo como *mestre universal*: "... a resposta decisiva a cada interrogação do homem, e particularmente às suas questões religiosas e morais, é dada por Jesus Cristo" (n. 2). De fato, como Verbo Encarnado, Jesus Cristo é "o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6). A encíclica assume, como pano de fundo, como ponto de partida para a doutrina sobre o agir moral, a resposta que Jesus deu ao jovem rico (cf. Mt 19, 16-22). O conteúdo da resposta é, antes de tudo, o *decalogo*. Isso mostra que só através

das normas morais objetivas e universais, é possível chegar à felicidade, inclusive em sua dimensão escatológica.

Atualmente, tanto em nível prático quanto teórico, existem verdades fundamentais de ordem moral que são esquecidas, deformadas e, até mesmo, negadas. O ensinamento da encíclica pretende também responder a essa situação. "Desejo anunciar, escreve o Papa, os *princípios necessários para o discernimento daquilo que é contrário à "sã doutrina"*, apelando para aqueles elementos do ensinamento da Igreja que hoje parecem particularmente expostos ao erro, à ambiguidade e ao esquecimento" (n.30). Ao realizar esse objetivo, o magistério da Igreja expõe, pela primeira vez, de modo articulado, os principais pontos da moral fundamental.

É necessário ainda recordar, a título de introdução, que, ao tratar do problema moral, a Igreja não está invadindo um campo alheio. Está tratando de algo diretamente ligado à sua missão. O Evangelho que ela deve proclamar a todos os povos possui um conteúdo moral. A resposta à pregação do Evangelho envolve a vida em todos os aspectos, principalmente o moral.

O *primeiro passo*, a meu ver, para se entender a doutrina da *Veritatis Splendor* é a análise do seu *contexto* não só prático mas

também teórico. Contexto marcado por uma desorientação profunda no campo ético. Existe hoje uma mentalidade difundida amplamente, inclusive pelos meios de comunicação de massa, que considera não só os mandamentos do decálogo, mas as normas morais em geral, principalmente aquelas referentes à sexualidade e ao matrimônio, como limitações à liberdade e à vida pessoal. Para essa mentalidade, afirmar o homem como ser livre é afirmá-lo como criador do seu mundo inclusive no plano moral.

Existe outra tendência que pretende encerrar a moral no âmbito subjetivo das opiniões individuais ou dos costumes sociais, que mudam, de acordo com as variáveis históricas e culturais. Essa tendência traz a influência do neo-positivismo. Segundo ele, não podemos fazer enunciados lógicos sobre o comportamento humano, como fazemos sobre as realidades positivas que são objeto da ciência. O comportamento humano depende das emoções e de outras variáveis do indivíduo.

Nos anos após a segunda guerra mundial, por influência da filosofia da existência, difundiu-se, em certos meios, uma teoria sobre o agir moral denominada *ética de situação*. A "situação" é um somatório. Engloba o ambiente físico e histórico, o homem como ser

corpóreo, espiritual e finito. A influência da ética da situação cresceu nas últimas décadas. Baseada numa defesa radical da autonomia humana, ela concebe o ser humano como criador da distinção entre o bem e o mal de acordo com as situações constantemente mutáveis. Portanto, para ela, a razão humana, em si mesma, é axiologicamente indeterminada.

A encíclica porém dá uma atenção especial às assim chamadas *éticas teleológicas*, cujas versões principais são o *consequencialismo* e o *proporcionalismo*. Também essas teorias trazem a marca da filosofia da existência. Exercem influência no campo da teologia moral, embora não possam conciliar-se com a doutrina católica. Para o consequencialismo e proporcionalismo, não existem atos bons ou maus em si mesmos. Considerados isoladamente, os atos humanos nada significam. O sentido de uma ação se encontra sempre num processo, numa história, isto é, em algo que tem passado e futuro. Não se pode avaliar eticamente um ato isolado sem considerar o processo do qual ele faz parte. Existe ainda, na convicção dos que defendem essas teorias, a aceitação da ambiguidade das ações humanas, ou seja, o bem e o mal se misturam no decorrer de uma história. Conseqüentemente, não pode existir "a priori" uma norma que

indique o bem a ser feito e o mal a ser evitado. Assim, só podemos responder pelos resultados previsíveis de nossas ações. Somente pelas conseqüências podemos saber se a nossa ação é boa ou má. Praticamente, como caracterizar a moralidade de uma ação? A primeira coisa deve ser a boa fé. Ela constitui a causa interior da nossa ação. Em seguida, é necessário fazer um cálculo, numa dada situação concreta, para escolher aquela ação que produzirá um bem maior ou então um mal menor. Trata-se pois de um ato de lucidez. Ou, ainda, segundo o proporcionalismo, é preciso decidir por uma ação que, embora implicando males, esteja fundada em razões graves que a justifiquem. Se, depois de realizada a ação, se perceber que os males causados foram maiores que os bens previstos ou, até mesmo, superaram as razões graves, resta ainda apelar para a boa fé. É ela que torna o sujeito moralmente bom, embora tenha percebido, pelas conseqüências, que sua ação foi má. Conseqüencialismo e proporcionalismo negam pois a existência de atos intrinsecamente maus.

Dando mais um passo na análise do contexto, podemos citar outra teoria moral bastante difundida: o relativismo ético, de natureza democrática, chamado *ética processual*. Para essa concepção,

a noção de bem e mal moral depende da opinião da maioria ou de uma decisão majoritária. O processo para a averiguação da decisão é o intercâmbio de opiniões e, finalmente, a verificação da convicção majoritária. Trata-se, em última análise, de uma união entre democracia e relativismo ético. Neste tipo de ética, não importa tanto o conteúdo das normas. Importa o procedimento, a forma de sua legitimação, pois a universalidade das normas morais está ligada à decisão majoritária. Sua validade depende do assentimento de todos os que são por ela afetados.

Antes de passar para o âmbito especificamente eclesial, podemos citar ainda a tendência a buscar nas ciências, sobretudo humanas, não só uma compreensão mais profunda da pessoa e de seu mundo, mas a própria fonte do *éthos*, isto é, do dever moral. Essa corrente busca na ciência não só um juízo de realidade, mas também um juízo de valor moral. Trata-se de uma *ética naturalista*, que concede o ser humano simplesmente como organismo vivo, regido por leis naturais seja no plano individual seja no social. Tudo aquilo que está de acordo com a vida "natural" é moralmente bom.

Passemos agora para o quadro da *moral cristã*. Uma análise inexata entre pessoa e seus atos particulares deu origem a uma con-

cepção que dilui o conceito tradicional de pecado mortal. Ele é considerado, por alguns teólogos, como quebra da opção fundamental. Esta é a decisão pela qual orientamos a nossa vida pela caridade, ou seja, pelo amor de Deus acima de tudo. Esta decisão radical, expressão de nossa liberdade fundamental, envolve nossos atos particulares, mas não se esgota neles. Ora, segundo alguns teólogos, o pecado só é verdadeiramente mortal quando quebra essa opção fundamental, pois só desse modo se torna uma decisão que engaja a totalidade da pessoa. Sem quebra da opção fundamental, mesmo cometendo faltas graves, a pessoa pode viver em harmonia com o amor de Deus. A *Veritatis Splendor* descreve as conseqüências graves dessa concepção no plano pastoral: "Pela lógica das posições acima descritas, o homem poderia, em virtude de uma opção fundamental, permanecer fiel a Deus, independentemente da conformidade ou não de algumas das suas escolhas e dos seus atos determinados com as normas ou regras morais específicas. Devido a uma opção originária pela caridade, o homem poderia manter-se moralmente bom, perseverar na graça de Deus, alcançar a própria salvação, mesmo se alguns dos seus comportamentos concretos fossem deliberada e gravemente

contrários aos mandamentos de Deus, reafirmados pela Igreja" (n. 68).

Dentro ainda do âmbito eclesial, alguns consideram a moral ensinada pela Igreja simplesmente como um ideal, como um ponto de referência, que precisa, em cada caso, ser adaptado às situações e condições concretas do ser humano. Outros não levam em conta a originalidade da moral cristã: o seguimento de Jesus, a necessidade da graça como dinamismo do Espírito, a dimensão escatológica do agir moral, ou seja, a sua ligação com a vida eterna.

Todas essas correntes, tendências e convicções, apenas esboçadas pela presente análise, tem em comum o relativismo ético. Algumas separam a liberdade humana da sua necessária relação com a verdade. A adoção de algumas dessas teorias pela teologia moral implica ainda na redução do papel do magistério no campo do agir moral. A ele caberia, quando muito, propor valores, exortar genericamente as consciências. Em outras palavras, ser apenas fonte de inspiração para as decisões morais.

A meu ver, é no contexto teórico e prático formado por essas teorias e nos perigos que elas representam para o agir moral e para a fé cristã, apesar de seus elementos verdadeiros, que devemos

entender a doutrina da *Veritatis Splendor*.

O segundo passo para se compreender a doutrina da encíclica é analisar a *antropologia* a ela subjacente. A concepção da reta conduta humana fundamenta-se sempre em uma determinada concepção do ser humano, de sua condição, de sua liberdade e autonomia. Em outras palavras, numa ontologia do homem. Como observa a encíclica, “na questão da moralidade dos atos humanos... concentram-se, de certo modo, a própria questão do homem, da sua verdade e das conseqüências morais que daí derivam” (n. 83).

Vejamos, em linhas gerais, os principais aspectos daquilo que a encíclica denomina a verdade sobre o homem.

O ser humano, é ontologicamente uma *criatura*. Isso significa que ele não é criador de si mesmo. Todo o seu ser é dom de Deus. Portanto, todas as dimensões de sua pessoa, inclusive sua liberdade, autonomia e agir moral, devem ser compreendidas por referência ao Criador. Além de criatura, o ser humano é também *imagem* de Deus, ou seja, possui uma dimensão transcendente. Nele se manifesta certa presença do divino. Participa, de algum modo, da sabedoria e da providência divina. Essa participação, no campo das leis morais, significa que sua

razão não é apenas uma faculdade de conhecimento, mas também de discernimento moral: uma capacidade de descobrir a lei moral e aplicá-la. Enquanto desempenha esse papel, ela expressa ativamente um aspecto da providência pela qual Deus governa o mundo. Assim, o ser humano participa da soberania divina não só com relação ao governo do mundo, mas também com relação ao governo de si mesmo e de seus atos. Diz a encíclica: “Não só o mundo, mas o homem mesmo foi confiado ao seu próprio cuidado e responsabilidade” (n. 39).

Criado á imagem de Deus, o ser humano está orientado para a união e comunhão com Ele. Essa orientação envolve não só as suas faculdades (razão, vontade, liberdade, autonomia), mas também o seu mundo: trabalho, economia, política, cultura etc. Seus atos, principalmente aqueles em nível moral, constituem uma mediação no caminho para Deus.

Outro elemento relevante da antropologia cristã, é a concepção de *natureza humana*. Embora o homem não possa ser separado da sua “situação”, ele não se reduz a ela. Possui um núcleo essencial que transcende as variáveis das culturas, das situações existenciais e históricas. É a natureza humana. Ela constitui o suporte último para se falar de dignidade

humana, de direitos universais da pessoa, de direito natural. Ainda mais: a partir deste núcleo universal e permanente, é possível falar de determinados atos desumanos, ou sejam, que desonram o ser humano independentemente das situações, das circunstâncias, das conseqüências de suas ações e, até mesmo, das intenções.

São esses dados antropológicos que nos levam a entender o ensinamento da encíclica de que o poder de decidir o bem e o mal não pertence ao homem, mas somente a Deus. Só Ele possui essa ciência. “Proibindo ao homem comer da “árvore da ciência do bem e do mal”, escreve o Papa, Deus afirma que o homem não possui originariamente como própria esta “ciência”, mas só participa dela através da luz da razão natural e da revelação divina, que lhe manifestam as exigências e os apelos da sabedoria eterna” (n. 4). O ser humano não é pois o inventor da lei moral a partir das variantes culturais e das circunstâncias. Apenas a descobre e proclama. A encíclica cita, a propósito, a comentário de S. Tomás de Aquino ao Salmo 4,6: “Muitos dizem: quem nos fará ver o bem? E, respondendo à pergunta, diz: A luz da Vossa Face, Senhor, foi

impressa em nós. Como se quisesse dizer que a luz da razão natural, pela qual distinguimos o bem e o mal -naquilo que é da competência da lei natural-, nada mais é senão um vestígio da luz divina em nós”². A lei natural é pois a lei ditada pela razão humana enquanto componente da natureza do homem, criatura e imagem de Deus. É “a verdade universal sobre o homem, cognoscível pela razão humana” (n. 32). É a lei inscrita por Deus no coração humano.

Logo, para que o ser humano possa distinguir entre o bem e o mal, não é necessária uma ulterior revelação de Deus. A revelação, naquilo que se refere à moral, dá apenas uma certeza mais firme neste campo, impedindo, por causa dos diversos condicionamentos, a falibilidade humana. A lei nova, como demonstra o comentário às bem-aventuranças, no evangelho de Mateus, é, no plano moral, uma interiorização e uma radicalização do Decálogo (cf. n. 15). Ainda mais: a vida de acordo com a lei natural já é caminho de salvação, todo ele envolvido pela graça.

Ao defender a existência de uma lei natural, a encíclica demonstra, ao mesmo tempo, que existem atos *intrinsecamente*

2. *Summa Theologiae*, I-II, q. 91.

maus, ou seja, atos objetivamente maus independentemente da intenção e das circunstâncias: "... as circunstâncias ou as intenções nunca poderão transformar um ato intrinsecamente desonesto pelo seu objetivo num ato "subjektivamente" honesto ou defensável como opção" (n. 81). Atos intrinsecamente maus são aqueles proibidos pelo Decálogo e outras proibições da Escritura. Também os declarados pelo magistério da Igreja. A *Gaudium et Spes* cita, por exemplo, o homicídio, o genocídio, o aborto, as torturas, a escravidão, as condições de vida infra-humanas" (cf. GS, n. 27). A prática de um ato intrinsecamente mau quebra a opção fundamental por Deus. "... ela fica revogada, afirma a encíclica, quando o homem compromete a sua liberdade em escolhas conscientes de sentido contrário, relativas a matéria moral grave" (n. 67).

Na exposição que faz sobre a lei natural, a encíclica chama a atenção sobre as *consequências negativas* da sua não aceitação. Antes de tudo, a morte da liberdade (cf. n. 40), pois ela não existe a não ser articulada com a verdade objetiva. Sem admitir a noção de lei natural, torna-se difícil também falar de direito natural, algo que congrega todos os povos e culturas. Algo que é patrimônio comum da humanidade. Acrescenta

a encíclica: "Estas normas constituem, de fato, o fundamento inabalável e a sólida garantia de uma justa e pacífica convivência humana, e, portanto, de uma verdadeira democracia, que pode nascer e crescer apenas sobre a igualdade de todos os seus membros, irmãos nos direitos e deveres. *Diante das normas morais que proíbem o mal intrínseco, não existem privilégios, nem exceções para ninguém.* Ser o dono do mundo ou o último "miserável" sobre a face da terra, não faz diferença alguma: perante as exigências morais, todos somos absolutamente iguais" (n. 96). O texto citado mostra a articulação íntima entre liberdade e normas morais expressas na lei natural. Ela frequentemente é colocada, por diversas teorias éticas, ou muito alto ou muito baixo. Muito alto, quando subtraída da esfera moral e considerada criadora dos valores morais. Muito baixo, quando mutilada ou negada por aqueles que, apoiados em certos dados da ciência, defendem o determinismo causal. Mutilar a liberdade ou negar a sua existência é, como observa a encíclica, separar o ser humano da sua responsabilidade (cf. n. 33). Ao mostrar a raiz transcendente da liberdade, algo que pertence ao ser humano como imagem de Deus, a encíclica mostra que a liberdade não se fundamenta em

si mesma, mas em fonte superior. Ela não consiste no poder de criar as normas morais, mas em obedecê-las. Alienada historicamente pela presença do mal no mundo, pode ser reconquistada pelo ser humano envolvido pela graça.

A existência da lei natural como algo próprio do homem enquanto imagem de Deus significa, como vimos, que no núcleo profundo de sua interioridade, no seu espírito, existe uma verdade, que é participação no poder criador de Deus e na sua sabedoria. Ora, essa verdade pode ser percebida pelo ser humano, pois ela o interpela. Aprova-o quando pratica o bem. Repreende-o quando executa o mal. Trata-se daquilo que a teologia moral chama de *consciência*. Segundo a *Gaudium et Spes*, ela é "o santuário onde (o homem) está a sós com Deus, cuja voz ressoa no seu íntimo" (n. 16). Enquanto a lei natural é a norma objetiva da conduta moral, a consciência é sua norma *subjativa*. Em outras palavras, a lei natural é o princípio último normativo para a consciência. Através do juízo da consciência, a lei natural é aplicada aos casos particulares. As palavras da encíclica são claras: "O juízo da consciência é um juízo prático, ou seja, um juízo que dita aquilo que o homem deve fazer ou evitar, ou então avalia um ato já realizado por ele. É um juízo que aplica a

uma situação concreta a convicção racional de que se deve amar e fazer o bem e evitar o mal. Este primeiro princípio da razão prática pertence à lei natural, mas, constitui seu próprio fundamento, enquanto exprime aquela luz originária sobre o bem e o mal, reflexo da sabedoria criadora de Deus, que, como uma centelha indelével (*scintilla animae*) brilha no coração de cada homem. Mas enquanto a lei natural põe em evidência as exigências objetivas e universais do bem moral, a consciência é a aplicação da lei ao caso particular, uma chamada e realizar o bem na realidade concreta da situação" (n. 59).

Portanto, por meio do juízo da consciência, liberdade e verdade são articuladas objetivamente. E é, na fidelidade à própria consciência, que se revela a autenticidade de uma existência.

Por causa dos condicionamentos tanto externos quanto internos que atuam em nós, é necessário cuidar da *formação* da consciência moral. Elemento dessa formação é a abertura ao outro em nossa vida e decisões. E, para o cristão especificamente, a conversão, o deixar-se conduzir pelo Espírito Santo e a obediência, marcada pela fé, ao magistério da Igreja.

Após a consideração sobre a lei natural e a consciência, a encíclica de João Paulo II tem, a meu ver,

outro ponto central: a *consideração da dimensão moral da fé cristã* (cf. nn. 4, 22-24, 26 e 28). A fé cristã consiste em acolher a revelação de Deus como evento salvífico. É uma resposta que envolve o ser humano em todas as suas dimensões, inclusive em nível moral. Consiste numa mudança de rumo, pois a conversão é um de seus elementos constitutivos. Além disso, a revelação, por parte de Deus, inclui preceitos morais da lei natural e que, portanto, são válidos de modo universal e permanente. A moral cristã, por isso mesmo, não é uma realidade paralela à lei natural. Ela a supõe e assume à luz do seguimento de Jesus Cristo e das bem-aventuranças do Evangelho.

Outro elemento da originalidade da moral cristã é o *seguimento de Jesus Cristo*. Como ensina a encíclica, ao comentar o encontro do jovem rico com Jesus, no seguimento de Jesus Cristo, o agir moral se abre à perfeição e encontra a sua plenitude, pois é assumido à luz da Boa Nova, isto é, do evento salvífico presente em Jesus Cristo. Ainda mais, o seguimento de Jesus Cristo não é simplesmente a imitação de um modelo exterior. Trata-se de “viver em Cristo”, o Ressuscitado, ser conforme a Ele, assimilar-se a Ele. Por isso, a vida moral supõe um dinamismo interno que a torna possível: a

ação do Espírito Santo. Aqui se encontra aquilo que podemos denominar a questão de fundo da vida moral, sublinhada pela encíclica. Na expressão de S. Tomás de Aquino, citada pelo Papa, a lei nova não é, antes de tudo, um conjunto de preceitos. Ela é a presença em nós do Espírito Santo, luz interior que permite discernir entre o bem e o mal e dá a capacidade para realizar o bem. O mandamento é simplesmente um guia exterior. O guia interior da vida moral é o Espírito Santo. A propósito, a encíclica cita as belíssimas palavras de S. Agostinho: “... a lei foi dada para se invocar a graça; a graça foi dada para se observar a lei” (n. 23). A vida moral tem um valor salvífico justamente porque é envolvida pela ação do Espírito Santo. Assim, na perspectiva da fé, ela não é empenho do ser humano entregue a si mesmo. É empenho envolvido pela graça, pela ação do Espírito.

A moral cristã está ligada também à *vida sacramental*. A graça do Espírito Santo nos é concedida, de modo especial, pelos sacramentos que são gestos da Igreja enquanto corpo de Cristo. Para o cristão, pois, a vida moral implica também a participação no sacramento, principalmente a penitência e a eucaristia.

A originalidade da moral cristã implica ainda uma concepção mais

profunda do mal moral. Essa concepção é designada pelo vocábulo *pecado*. Por causa de sua dimensão transcendente (imagem de Deus), o ser humano, quando comete o mal, não só se aliena com relação ao próximo. Aliena-se também com relação a Deus, do qual todo homem é criatura e imagem. Assim, o reconhecimento de si mesmo como pecador e a esperança de perdão são componentes da originalidade da moral cristã. É esta esperança que torna possível, pela ação da graça, a conversão e uma nova conduta como expressão da santidade. É ela que possibilita a reabilitação moral e espiritual do ser humano pecador. Esta reabilitação, realizada pela ação do Espírito, a doutrina da Igreja chama de justificação.

A título de *conclusão*, é fácil perceber que a nova encíclica de João Paulo II possui uma relevância especial não só para a vida interna da Igreja, mas para a humanidade em geral. Com relação à Igreja, a encíclica mostra a riqueza do patrimônio doutrinal referente ao agir moral que a Igreja acumulou desde sua origem, a começar por S. Paulo, passando por S. Agostinho e S. Tomás de Aquino, até o ensinamento mais recente do magistério, de modo especial a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Vaticano II, uma das fontes principais da

encíclica. No plano prático, o testemunho dos santos e o martírio assumidos por fidelidade aos mandamentos de Deus (cf. nn. 90-94). “No martírio, enquanto afirmação da inviolabilidade da ordem moral, refulge a santidade da lei divina e, conjuntamente, a intangibilidade da dignidade pessoal do homem, criado à imagem e semelhança de Deus: é uma dignidade que nunca é permitido aviltar ou contrariar, nem mesmo com boas intenções, sejam quais forem as dificuldades” (n. 92).

Ainda no plano da vida interna da Igreja, a encíclica oferece, numa visão de conjunto, uma exposição dos pontos principais para a renovação da teologia moral. Ela não é uma ciência autônoma, mas uma “reflexão científica sobre o Evangelho como *dom* e mandamento de nossa vida” (n. 110). É uma investigação metódica da revelação de Deus para aí encontrar respostas normativas para a conduta humana. Sua fonte principal se encontra, pois, na Palavra de Deus enquanto evento salvífico registrado pela Escritura e transmitido pela tradição viva da Igreja. Por isso mesmo, a tarefa do teólogo moralista possui uma deontologia especial. Ao exercer a sua atividade, ele está desempenhando uma missão evangelizadora. Por isso, o Papa o convida, através de sua tarefa específica, a

participar da nova evangelização (cf. n. 106). Pois “a evangelização -e, portanto, a “nova evangelização”- comporta também o anúncio e a proposta moral” (n.107). A conversão e a vida nova são elementos integrados da resposta de fé ao anúncio do evangelho.

Com relação ao mundo, a encíclica, ao defender a existência de uma lei moral apodíctica, ou seja, universal e permanente, coloca a base para uma verdadeira defesa da dignidade humana, dos direitos da pessoa, da sua consciência. Sem a existência de uma lei natural, como falar de direito natural? Como condenar os assim chamados crimes contra a humanidade?

Devemos ainda observar que a encíclica não impõe limites exteriores à consciência, mas mostra seu fundamento interior e sua raiz transcendente. Fortalece assim aquilo que podemos chamar os direitos da consciência.

Enfim, num mundo cuja crise em diversos setores está marcada por uma desorientação no campo da moral, a *Veritatis Splendor* aparece como voz forte, segura e clara. Ao colocar como fonte da

vida moral em geral a lei natural e sua aplicação concreta pela consciência, ela mostra que a verdadeira vida moral não consiste num-ma moral de atos, isto é, num agir mecânico baseado num elenco de coisas permitidas e proibidas. A autêntica vida moral engaja a pessoa a partir de seu mundo interior. Implica liberdade e responsabilidade. Ensina S. Tomás que para realizar o bem moral não é suficiente fazer tudo “segundo a reta razão”, mas ocorre fazê-lo “com reta razão”³. Isto significa que, para agir bem, é necessário uma motivação interior. A verdade moral habita no interior da pessoa. Esta é, a meu ver, uma das teses principais da encíclica *Veritatis Splendor*, documento necessário e oportuno para a Igreja e para o mundo neste final do segundo milênio.

Pe. Beni dos Santos é Doutor em Teologia e Prof. de Ecclesiologia e Pneumatologia na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.
End.: Av. José Olegário de Barros, 670
12060-400 Taubaté - SP

3. *Setentia Libri Ethicorum*, VI, 11, 107-117.

A LINGUAGEM NO UNIVERSO NEGRO E FEMININO:

VISÃO TEOLÓGICA E SOCIAL

Dagoberto José Fonseca

INTRODUÇÃO

A linguagem está intimamente ligada à tradição e à memória dos indivíduos, ao mundo das idéias e ao conjunto de valores sócio-culturais de cada sociedade em um determinado período de tempo e em um espaço geográfico específico. Ela expressa a ideologia e a hegemonia dos segmentos sociais, os conflitos étnico-raciais e de gênero, estabelecendo-se como uma fonte fundadora de práticas cotidianas diversas e adversas.

A linguagem tem como fator primordial de expressão e comunicação a palavra oral. Por meio dela os mais variados grupos sociais e comunitários estabelecem sua comunicação e fazem a interpretação dos diferentes momentos da sociedade ao longo da história.

A TRADIÇÃO, A MEMÓRIA E A ORALIDADE AFRICANA

Na sociedade ocidental predomina a *palavra escrita* sobre a

falada. Através dos registros manuscritos busca-se a legitimidade da “verdade”, do fato. Resguarda-se aos grupos, as corporações e classes sociais letradas e dominantes o papel de serem as difusoras da “verdade histórica e científica”.

Pierre Clastres faz uma crítica à sociedade ocidental baseando-se nas sociedades indígenas, “o discurso ingênuo dos “selvagens” nos obriga a considerar o que poetas e pensadores são os únicos a não esquecer: que a linguagem não é um simples instrumento, que o homem pode caminhar com ela, e que o Ocidente moderno perde o sentido de seu valor pelo excesso de uso a que a submete. A linguagem do “homem civilizado” tornou-se completamente exterior a ele, sendo apenas um meio de comunicação e informação. A qualidade do sentido e a quantidade dos signos variam em sentido inverso. As “culturas primitivas”, ao contrário, mais preocupadas em celebrar a linguagem do que em servir-se dela, souberam